

pg. 1.

11.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	20. JAN. 1975
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

O ORDENADO
MÍNIMO **M.A.S.**
JÁ NÃO ESTÁ
A «NÍVEL
HUMANO»
DEVIDO
À INFLAÇÃO
— assinalou o ministro
dos Assuntos Sociais



Fundação Cuidar o Futuro



Com a presença do ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, o Eyvind Hytten, representante do secretário-geral da O. N. U., começou esta manhã, na Fundação Gulbenkian, uma mesa-redonda sobre administração social, que está a estudar a forma e a concretização do programa de acção daquele Ministério. Na abertura dos trabalhos, o ministro português proferiu uma importante comunicação, assinalando, a certo passo, que o ordenado mínimo nacional já não está a «nível humano».

PÁGINA 7



1/58

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA

20. JUN 1975

MESA-REDONDA SOBRE ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

M.A.S.

A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA EM QUE PORTUGAL SE ENCONTRA PERMITE-NOS PROCURAR UM NOVO CAMINHO

— AFIRMOU O MINISTRO DOS ASSUNTOS SOCIAIS NA SESSÃO DE ABERTURA

Como utilizar os reduzidos recursos financeiros de que dispomos, em objetivos precisos, concretos e eficazes? O dr. Hyrtten demonstrou claramente no seu relatório, que a eficiência é indispensável à política social. Este princípio tem de ficar bem sublinhado. Um amplo sistema de segurança social, perfeito no papel, mas que levasse a situações concretas em que as pessoas tivessem que esperar durante meses os benefícios a que têm direito, não serviria de nada.

Na sua comunicação, realizada em francês, o ministro português referir-se-ia, ainda, à necessidade de se afastar do feudalismo das consciências, e salientou, a certo passo, que o ordenado mínimo nacional, estabelecido em Portugal depois do 25 de Abril, já não está «a um nível humano, devido à inflação».

Seguiu-se no uso da palavra Eyvind Hytten, que manifestou a sua alegria e satisfação pela realização da mesa-redonda — a primeira realizada em Portugal sob o auspício do departamento da O. N. U., que representa — e manifestou o desejo de que as sessões de hoje e dos próximos dias possam contribuir para a abertura de novas vias para a resolução das questões sociais em Portugal.

Os trabalhos da agenda prosseguiram durante a tarde e prolongam-se até à próxima sexta-feira, dia em que está prevista a realização de uma reunião alargada para apresentação das conclusões.

Na Fundação Gulbenkian começou, esta manhã, a anunciada mesa-redonda sobre Administração Social, organizada pela Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais, que tem como principal objetivo o estudo da forma e da concretização do programa daquele Ministério já aprovado em Conselho de Ministros.

Presentes o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, o chefe do Programa de Desenvolvimento Social da Divisão de Assuntos Sociais da O. N. U. e representante do secretário-geral da O. N. U., Eyvind Hytten, além de diversos representantes da França, Noruega, Grã-Bretanha e Roménia e, ainda, da Organização Mundial de Saúde e da Associação Internacional de Segurança Social.

Pelo lado português estavam também presentes alguns responsáveis do sector dos Assuntos Sociais e observadores da Intersindical.

Abriu os trabalhos o ministro dos Assuntos Sociais, que, depois de saudar os presentes, afirmou:

«A política social e a sua administração são problemas complexos mesmo naqueles países que, após a Segunda Guerra Mundial, têm vivido em clima de desenvolvimento normal. As grandes falhas que se verificaram na I década do desenvolvimento e a impossibilidade de as Nações Unidas fazerem, neste ano intermédio, uma avaliação correcta da II década, que termina em 1980, leva-nos a pôr de parte, desde logo, uma política social que seja consequência do aumento do produto nacional bruto, que seja considerada como o potencial humano indispensável pela sua eficácia ou que constitua apenas uma resposta em que se val a reboque dos problemas levantados pelo crescimento económico.

A situação revolucionária em que Portugal se encontra permite-nos procura, um novo

caminho. Foi esta procura que nos levou a pedir à Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas que organizasse em Lisboa uma mesa-redonda em 1975 do Programa Europeu de Desenvolvimento Social.

No entanto, não há dúvida, de que esta procura se verifica num condicionamento político e económico muito especial.

Do ponto de vista do enquadramento político, podemos dizer que está tudo a nosso favor. Temos de derrubar a antiga ordem e as suas estruturas; temos de construir novas estruturas; temos, sobretudo, de atender às necessidades essenciais do povo.»

Mentalidade e estruturas

Depois de se referir a duas dificuldades específicas a enfrentar (uma ao nível da «mentalidade» e a outra ao nível das estruturas), a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo disse:

«Que poderemos então dizer da democracia social que, não tenhamos dúvidas, constitui para todos o principal objectivo?»

Aparentemente, ela parece ter que enfrentar a democracia económica, ou, pelo menos, pedir-lhe humildemente uma autonomia própria. Sei bem que estou a tocar num problema unversal e que ainda não tem solução adequada. O conceito socioeconómico unificado de desenvolvimento ainda não encontrou uma expressão operacional para a elaboração da política social e da política económica do Estado, em nenhum país ou regime político. Vou tentar clarificar as repercussões desta dificuldade numa situação revolucionária como é a do meu país.

A implantação da democracia económica (no entanto, deixa-nos à quem da democracia social.

Na lei constitucional que nos rege após o 25 de Abril, a política social deve, por um lado, ter como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Por outro lado, ele também tem que ter como objectivo essencial «a melhoria progressiva mas acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses».

Importa sublinhar que, nesta óptica, são as necessidades concretas das pessoas que estão em jogo, é a pessoa humana que constitui o «sujeito» desta política, e que, portanto, se encontra ultrapassado o conceito de um Estado omnipotente e onnipoderoso donde tudo sai e para onde tudo volta, num ciclo infernal de

burocracia e de técnica, desprovido de sentimento humano.

Dito isto, a crise económica mundial e também a situação herdada pelo Governo do pós-25 de Abril, levantam questões graves.»

Eficiência e política social

E mais adiante:

«No caminho concreto em que o País se empenhou, é preciso afirmá-lo sem equívoco, importa, sobretudo, que estes objectivos sociais colectivos se realizem de facto — e é por isso que aqui estamos! — é preciso que a alimentação, a saúde, o trabalho, a cultura, a segurança social, e a comunicação entre as pessoas sejam as verdadeiras prioridades.

Tudo isto parece evidente... mas como realizá-lo? Como ultrapassar a tentação do quantitativo (herança de uma sociedade de concorrência) que se espalha por todo o lado?»